

ADVOGADO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. "Estabilidade" é a garantia assegurada na Constituição Federal ao servidor que permanecer no serviço público após decorrido o estágio probatório, ao passo que "efetividade", nada mais é que a situação jurídica que qualifica a titularização de cargos efetivos, para distinguir-se da que é relativa aos ocupantes de cargos em comissão. Sobre a assertiva apresentada, é correto afirmar que:

- (A) pode haver efetividade sem estabilidade
- (B) pode haver estabilidade sem efetividade
- (C) pode haver, concomitantemente, efetividade e estabilidade
- (D) todas as alternativas estão corretas

02. Em sede de contrato administrativo, aponte a alternativa correta:

(A) O fato do príncipe se caracteriza por ser imprevisível, extracontratual e extraordinário, provocando profunda alteração na equação econômico-financeira do contrato.

Caso fortuito e força maior são situações jurídicas que redundam na impossibilidade de serem cumpridas as obrigações contratuais. O caso fortuito é resultado de uma situação jurídica causada, de alguma forma, pela vontade humana, enquanto que a força maior decorre de eventos da natureza alheios à vontade humana, como catástrofes, ciclones e tempestades anormais.

- (C) Ocorre a Teoria da Imprevisão quando, no curso do contrato, sobrevêm eventos imprevisíveis que subvertem a equação econômico-financeira do pacto. Todavia, a cláusula *rebus sic stantibus* presente em todo contrato administrativo, estabelece que o contratado tem o dever de cumprir o pactuado, independentemente de estar presente as mesmas condições existentes no momento do ajuste, em razão da supremacia da Administração Pública.
- (D) O fato do príncipe é aplicável apenas a contratos administrativos de prestação continuada e oriundos de regular processo licitatório, nas modalidades concorrência e tomada de preços.

03. Sobre processo licitatório, considere as afirmações abaixo, assinalando a alternativa incorreta:

- (A) É possível a instauração de processo licitatório para competição apenas de microempresas e empresas de pequeno porte, limitado o valor do contrato a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- (B) Pode exigir-se dos licitantes a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que não exceda a 30% (trinta por cento) do valor objeto da contratação.
- (C) É vedado estabelecer cota do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte em licitações para aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

Nas licitações será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

04. Os valores correspondentes aos limites da dispensa de licitação são estabelecidos no percentual que 10% (dez por cento) sobre os valores limitadores da modalidade de convite. Todavia, em se tratando de obras, serviços e compras contratados por empresa pública, sociedade de economia mista ou por autarquia e fundações qualificadas por lei como agências executivas, o percentual será de 15% (quinze por cento). Assertiva está:

- (A) correta
- (B) incorreta

- (C) revogada pela lei 11.107/2005 que alterou o art. 24, parágrafo único da Lei 8.666/93 (Lei de Licitação)
- (D) parcialmente revogada pela Lei 9.648/98 que modificou o art. 23, II da Lei 8.666/93 (Lei de Licitação)

05. É dispensável a licitação, exceto:

- (A) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normatizar o abastecimento.
- (C) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional.

06. A critério da autoridade competente e, desde que, previsto no instrumento convocatório de licitação, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. A garantia não excederá a _____ (_____) do valor do contrato. Entretanto, para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, o limite de garantia poderá ser elevado para até _____ (_____) do valor do contrato. A alternativa que preenche corretamente as lacunas é, respectivamente:

- (A) 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento)
- (B) 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento)
- (C) 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento)
- (D) 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento)

07. No sistema de controle da constitucionalidade *em concreto* ou *indireto da constitucionalidade* ou *via de defesa* ou *de exceção* ou *difuso* ou *aberto*, pode-se afirmar que:

- (A) O objeto da ação é a própria declaração da inconstitucionalidade ou constitucionalidade do ato legislativo ou normativo.
- (B) O objetivo da ação é a satisfação de um direito individual ou coletivo. A inconstitucionalidade do ato legislativo ou normativo é arguida incidentalmente (*incidentur tantum*) por qualquer das partes, autor ou réu. Pelo autor, pode ser arguida em sede de mandado de segurança, *habeas corpus* ou qualquer outra ação, pelo réu, em sua defesa judicial.
- (C) A ação deve ser proposta diretamente perante o Supremo Tribunal Federal, por via de controle concentrado ou por via principal de ação.
- (D) A decisão tem efeito *erga omnes* e *ex nunc*.

08. Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa correta:

- (A) A Constituição Federal, em seu art. 102, I, a, admite o controle da constitucionalidade em abstrato ou diretamente somente de leis ou atos normativos federais.
- (B) Tratando-se de lei municipal contrária à Constituição Federal, é possível o controle abstrato da constitucionalidade, podendo a questão ser examinada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) A lei municipal que contraria a Constituição Estadual poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.
- (D) Tratando-se de lei municipal contrária à Constituição Federal, é possível tanto o controle difuso como o abstrato da constitucionalidade, podendo a questão ser examinada pelo Supremo Tribunal Federal por via concreta, principal ou concentrada.

09. Sobre repartição de receitas tributárias, pertence aos Municípios:

- (A) 30% (trinta por cento) do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I da Constituição Federal.
- (B) 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (C) 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (D) 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

10. Analise as proposições apresentadas, apontando a alternativa incorreta:

- (A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveitada aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (C) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (D) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País.

11. Sobre atos processuais, é incorreto afirmar:

- (A) Processam-se durante as férias forenses e não se suspendem pela superveniência delas os atos de jurisdição voluntária.
- (B) Durante as férias forenses e nos feriados não é admitida a citação para fins de abertura de testamento e nunciação de obra nova.
- (C) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só terá eficácia se requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.
- (D) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

12. Em sede de direito civil, aponte a alternativa correta:

- (A) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (B) Não se admite repúncia da prescrição, seja de forma expressa ou tácita.
- (C) Os prazos de prescrição podem ser alterados pelas partes, desde que peremptórios, vedada qualquer alteração de prazos prescricionais, se dilatatórios.
- (D) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra seu sucessor.

13. A República Federativa do Brasil tem como fundamento:

- (A) independência nacional
- (B) prevalência dos direitos humanos
- (C) cidadania
- (D) igualdade entre os Estados

14. Em sede de direitos e garantias fundamentais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às:

- (A) Leis Ordinárias
- (B) Resoluções Legislativas
- (C) Leis Complementares
- (D) Emendas Constitucionais

15. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários a de:

- (A) dois cargos ou empregos de Médico
- (B) dois cargos ou empregos de Enfermeiro
- (C) dois cargos ou empregos de Técnico em Enfermagem
- (D) todas as alternativas estão corretas

16. Aponte a alternativa correta:

- (A) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à Seguridade Social, e tem por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- (B) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
- (C) As ações governamentais na área da assistência social são organizadas com base na centralização político-administrativa, cabendo à esfera federal a coordenação, as normas gerais e a execução dos respectivos programas.
- (D) É obrigatório aos Estados-membros vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco por cento de sua receita tributária líquida, permitida a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

17. Em sede de direito tributário, a transação:

- (A) exclui o crédito tributário
- (B) extingue o crédito tributário
- (C) suspende o crédito tributário
- (D) prorroga o crédito tributário

18. Isenção, anistia e remissão, respectivamente:

- (A) exclui, exclui e extingue o crédito tributário
- (B) suspende, exclui e extingue o crédito tributário
- (C) extingue, extingue e extingue o crédito tributário
- (D) suspende, suspende e extingue o crédito tributário

19. Sobre normas gerais de direito tributário, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado:

- (A) quando o define como infração
- (B) quando deixa de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo
- (C) quando lhe comine penalidade mais severa que a prescrita na lei vigente ao tempo da sua prática
- (D) todas as alternativas estão corretas

20. Considerando o direito tributário, analise as alternativas abaixo e aponte a correta:

- (A) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

- (B) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (C) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- ~~(D)~~ Todas as alternativas estão corretas.

21. A União não intervirá nos Estados, exceto para:

- (A) reorganizar as finanças da Unidade da Federação que prorrogar o pagamento da dívida ativa por mais de duas vezes, sem motivo justo
- (B) reorganizar as finanças dos Estados e Territórios que sobrestarem o pagamento da dívida ativa por mais de cento e oitenta meses
- (C) reorganizar as finanças e a política fiscal da Unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida ativa ou fundada por mais de três anos consecutivos, salvo motivo de força maior ou caso fortuito
- ~~(D)~~ reorganizar as finanças da Unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior

22. São atributos ou características do ato administrativo:

- (A) competência e autoexecutoriedade
- (B) finalidade e forma
- ~~(C)~~ imperatividade e presunção de legitimidade
- (D) motivo e objeto

23. Não são condições de validade do ato administrativo:

- ~~(A)~~ autoexecutoriedade e imperatividade
- (B) competência e finalidade
- (C) forma e motivo
- (D) forma e objeto

24. Considere os dados apresentados sobre extinção dos atos administrativos:

	ANULAÇÃO	REVOGAÇÃO
Pode ordenar	administração e poder judiciário	apenas a administração
Motivo	ilegalidade	conveniência e oportunidade
Efeitos	<i>ex tunc</i>	<i>ex nunc</i>
Direitos adquiridos	inexistem	prevalecem
Pressuposto	processo administrativo ou processo judicial	processo administrativo

Os dados apresentados na tabela:

- ~~(A)~~ estão parcialmente corretos
- (B) são incorretos
- ~~(C)~~ são corretos
- (D) não permitem uma conclusão lógica sobre o tema

25. É tipo e modalidade de licitação, respectivamente:

- ~~(A)~~ menor preço e concurso
- (B) tomada de preço e concorrência
- (C) melhor técnica e menor preço
- (D) leilão e pregão